



PALÁCIO PIRATINI



*Mensagem
Governamental*

F0044

1969



F0044



MENSAGEM

LIDA POR SUA EXCELÊNCIA O SENHOR GOVERNADOR WALTER PERACCHI BARCELLOS, EM 15 DE MARÇO DE 1969, NO INICIO DOS TRABALHOS DA 3.ª SESSÃO DA 42.ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Mais uma vez o preceito constitucional traz o Executivo ante o Legislativo, a fim de que seja dada conta das atividades realizadas pelo Governo durante o exercício que findou.

Com satisfação cumpro êsse mandamento, trazendo aos Senhores Deputados — que aqui representam tôdas as regiões de nossa terra gaúcha — uma sùmula daquilo que, em benefício do povo e com vistas ao desenvolvimento maior e mais rápido do Rio Grande do Sul, foi feito pelo Poder Público durante 1968.

Sacode-se o Brasil inteiro ao influxo de medidas governamentais que a coragem, o bom senso e a visão globalizada de suas estruturas, vêm ditando. Não há setor de atividade que tenha ficado à margem dêsse influxo revitalizador, hoje já integrado de pleno na consciência cívica nacional e nas aspirações mais autênticas de cada cidadão.

Ninguém está fora desta batalha, mesmo aquêles que ainda atrelados a razões de ordem política, sentimental ou de defesa de interêsses que crêem em perigo, antepõem reservas ou reações à irreversibilidade da ação do Governo, que reforma, revê princípios e metas, ausculta aspirações sopitadas pelo materialismo egoísta de estruturas sedícias. Que muda, enfim.

Aquêle desejo cristão de um país humanizado, em que tôda sua potencialidade, sua riqueza e a dinâmica de seus diversos setores estejam inteiramente a serviço do homem que o habita, mais do que o grande lema de agora, já é a ação de agora.

E um esforço nacional, um objetivo para todos, e que induz a cada um a se associar ao trabalho que empreende o Poder Público, na convicção de que essa coragem de inovar, de penetrar em áreas há anos defendidas pelas muralhas dos privilégios, não mais comporta recuos, e o Brasil Nôvo, de todos os brasileiros, aí está.

É a Justiça Social em marcha, além das palavras, ideologia que se plasma, se materializa em fatores concretos, trazendo à civilização contingentes populacionais ainda marginalizados, imersos no analfabetismo, na fome, na doença, no aviltamento da dor de conhecer e não ter, — pois que não se pense que haja desconhecimento dos contrastes por parte dos desvalidos, nessa era de popularização dos meios de comunicação social.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, fiel à posição vanguardeira que tem cabido a esta unidade da Federação no equacionamento, ataque e solução das questões brasileiras — e aí está todo um passado a testemunhar êsse papel histórico — integra-se, desde sempre, nessa batalha que quer dar a cada brasileiro o progresso do seu Brasil, seus benefícios, dentro de uma vida justa, solidária, consentânea com a dignidade humana, banidas as posições semifeudais que ainda resistem a êsse minano mensageiro de renovação.

Aqui no nosso Estado, êsse desejo de servir a causa do Homem tem se constituído no paradigma de tôda ação governamental. Ligar o desenvolvimento ao bem-estar de todos, dentro de uma atmosfera de paz criadora, onde se equilibrem, num mesmo desiderato, os direitos da pessoa humana e a dinâmica econômica e social, eis nossa caminhada para o verdadeiro desenvolvimento.

Nenhum provimento executivo desejou estar fora dêsses postulados — o que, com orgulho confesso — não tem sido tarefa dificultosa, pois que, com a Graça de Deus, no território do Rio Grande do Sul menos gritantes são os contrastes entre os privilégios e as dôres da marginalização. Sua população,

trabalhada por feliz caldeamento de raças e de culturas, ocupou tôda esta terra com a tradição do trabalho, da ombridade, da aspiração para o aperfeiçoamento individual e dos grupos sociais, no sobranceiro culto da liberdade responsável. Muito foi forjado na luta, mas feliz do povo que sabe dela haurir lições para a Paz. Assim o gaúcho. A diversidade das regiões rio-grandenses acolheu e aclimatou aquêles que, de origem vária, foram-nas ocupando, dando-lhes o sustento e o embasamento necessário ao progresso. E a intercomunicação regional, entre os setores primário, secundário e terciário, plasmou com naturalidade êsse equilíbrio social e econômico que hoje, aos olhos de todos, flui das cidades e do campo, onde o rico não é tão rico e o pobre não é tão pobre.

É verdade que, ao assumir o Governo do Estado, enfatizei — à base de levantamentos adrede realizados — que necessitava o Rio Grande do Sul de um empuxe mais forte em suas condições de infra-estrutura material, e que, nessa convicção, aí concentraria a melhor parcela de recursos para investimentos. E assim vem sendo feito, e isto porque é notória a pressão que a ânsia do crescimento de todos os setores da produção do Estado exerce sôbre o ainda débil embasamento material que, através da energia, do transporte e das comunicações, lhes é oferecido.

Não seria fácil, na espécie, ao curso de uma Administração, dar o salto sôbre êsse hiato infra-estrutural. A energia era escassa — menos de 400.000 kws — e cara. As estradas — todos êsses milhares de quilômetros das rêdes federal, estadual e municipal — sem oferecerem aquela indispensável segurança de escoamento e troca aos diversificados produtos de nosso solo e de nossas fábricas, onerando com o imposto da lama a qualquer bem que houvesse de circular. Os rios, potencial generoso das terras gaúchas, a esperar que dêles se tirassem os benefícios todos que poderiam oferecer. E o extremo sul isolado na deficiência das comunicações com a Pátria — sômente seis precaríssimos canais de telefonia disputadas pela ânsia de contato do gaúcho com os grandes centros de produção e consumo — perdendo oportunidades que só a informação rápida fornece.

Eram áreas da responsabilidade do Poder Público, a influir direta e decisivamente sobre tôdas as demais áreas de atividade pública e privada, peiando aquêlc avanço natural que o índice de cultura do rio-grandense comportava e exigia.

Ao governante deve sensibilizar, antes de tudo, a fôrça, a propensão ao progresso que estua no homem que habita o território ao qual governa, a fim de fornecer a essa fôrça, instrumental adequado. E isso institui como meta: que meu govêrno pudesse ser, tanto como fautor de ordem, de segurança social, um instrumento de expansão ao alcance de cada cidadão, um propulsionador da multiplicação das riquezas já disponíveis e das que ainda aguardam a ação criadora do homem.

Nenhum aspecto deveria ficar olvidado, e, — dentro, evidentemente, do condicionamento impôsto pelo estágio de cada setor de atividade, pelas limitações de índole econômico-financeira, pelas pressões de natureza social e política, — o Govêrno foi à luta, ao trabalho, à colimação do bem público.

Não fêz paradas para equacionar problemas. Agiu equacionando, corrigindo distorções, concentrando dispersões.

Se o fruto do trabalho é o milagre do homem, nenhuma onda de pessimismo, natural ou elaborada, poderá se antepor a essa criatividade.

Integrou-se o Govêrno no trabalho do povo rio-grandense, tendo os olhos nas virtudes e nas fôrças dêste, partindo dêle, e não de outras visões, todo o interêsse da ação pública.

É para servir a essa gente laboriosa, sem distinção de categorias, que os organismos da administração centralizada e descentralizada, ou onde quer que o Govêrno tenha ingerência, estão a trabalhar. Nada é construído sòzinho, nada é obra do Govêrno, se não de tôda a população, de uma aspiração desta, erguida pelas suas esperanças e tenacidade.

Cumpre-me, agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, — dentro da contenção que um depoimento desta natureza

reclama, — especificar alguns pontos, no plano das realizações governamentais, capazes de retratar de modo mais concreto, êsse trabalho diuturno de todo o complexo administrativo do Estado.

Uma ENERGIA mais abundante e mais barata para o Rio Grande — reivindicação urgente de nosso povo — determinou revisão em planos e processos em curso. A própria empresa estatal, cujo elevado índice técnico honra a engenharia riograndense, houve de se adaptar a condições que a fizessem operar em moldes mais econômicos, a fim de se adjudicar à recepção de financiamentos cujo vulto é decisivo para a realização de empreendimentos básicos no setor. E se houve inadiável necessidade de ainda crescer suas tarifas — fator sem dúvida negativo mas cuja solução já se avizinha, face várias medidas administrativas em curso, — como correspondência positiva a êsse sacrifício pode o Governo hoje dizer que deu termo a obras como a Usina do Jacuí, com a instalação das três últimas turbinas, totalizando 75.000 kw; à instalação das comportas da Barragem Maia Filho, em convênio com o DNOS, a colocação em funcionamento de duas das três turbinas da Usina adquirida à Tcheco-Eslováquia em 1958, instalada em Canoas; a conclusão da segunda linha de transmissão Jacuí-Passo Real-Pôrto Alegre, ora em operação; a ultimação dos projetos e ataque das obras de desvio do rio Jacuí, para a construção da CHE do Passo Real, já celebrado contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no valor de NCr\$ 144.500.000,00, e ultimando-se as negociações com a Aliança para o Progresso, visando a obtenção de US\$ 27.400.000,00, para os respectivos equipamentos.

Quanto a Hidro-elétrica do Passo Fundo, o avanço dado às obras pelo Estado tornou-a irreversível, a barragem pronta ao concretamento, e, numa conjugação de interesses, a CEEE e a ELETROBRÁS vêm de constituir a ELETROSUL, que passará a gerir as obras desta imponente barragem e de outras fontes de geração na região sul.

A CTE Candiota-II, necessidade premente de importante zona do Estado, tem sua concretização equacionada, devendo sua

primeira turbina funcionar em 26 meses, após adjudicadas as obras, que contarão com financiamento de US\$ 25.000.000,00.

Outrossim, em 1968 várias subestações levaram fôrça elétrica mais abundante às regiões de Santa Rosa, Nôvo Hamburgo, Encantado, Taquari, Venâncio Aires, Cachoeira, Santa Cruz, Santa Maria e Osório.

E, embasado nesse trabalho tenaz, de libertar depressa o Rio Grande da sua crônica carência energética, 1969 já vê, e nesses primeiros meses, a entrada em operação da Usina Flutuante Piraquê, da 3.^a Unidade da Usina "Tcheca"; da 4.^a Unidade da C.T.E. de Xarqueadas e as interligações de diversos sistemas; a conclusão das linhas Farroupilha-Bento Gonçalves e Cruz Alta-Panambi, — e verá, certamente, aquêlê avanço no tempo e no espaço, na oferta da fôrça elétrica, que a vitalização de nossa economia solicita.

* * *

Dentro dêsse complexo energético, surge o carvão, êsse manancial imenso do solo gaúcho, como elemento de capital importância, diretamente ligado ao crescimento do setor secundário. Em sua exploração, tanto em minas de profundidade como a céu aberto em que sobrelevavam problemas de ordem social e econômica, o consêrto de distorções foi a tônica da política governamental. Racionalizaram-se os serviços, na eliminação de todo gasto supérfluo e da mão-de-obra excedente, melhoradas, no entanto, as condições de higiene e da segurança no trabalho, e a *assistência médico-odontológica*.

Nas minas do Leão se obteve, assim, um acréscimo de 9.000 toneladas na extração, e em Candiota, 25.000 toneladas sôbre o volume extraído em 1967, — passando o Estado a realizar diretamente o transporte do minério desta mina a céu-aberto.

Pesquisas geológicas prosseguem nessas áreas, visando à captação de recursos para obras que acresçam sua produtividade,

especialmente agora que se irá ampliar a termo-elétrica de Candiota, e se estuda a instalação de uma termo-elétrica junto à Mina do Leão.

Perquire-se, também, outro manancial energético de nosso solo, o **xisto-betuminoso**, combustível ainda não definido em toda sua potencialidade e aproveitamento econômico, mas que, sem dúvida, em breve será riqueza certa à disposição do Estado, eis que nossas jazidas — xisto do Irati, — se incluem dentro do tipo de menor grau de umidade (apenas 7% contra os 33% daquele do Vale do Paraíba), com elevado teor de enxofre, (4,6%) e de óleo (7%). Com a Petrobrás e o esforço empreendedor de nossa gente, haverá o Rio Grande de contar com os diversos subprodutos dessas rochas piro-betuminosas a auxiliarem nosso progresso.

Sinale-se, dentro do campo energético, como auspicioso acontecimento de 1968, a inauguração da Refinaria Alberto Pasqualini, autonomizando o Estado em **derivados de petróleo** e deixando-o apto a servir outras áreas, com a projetada ampliação de moderna planta instalada em Canoas, que nos acena, outrotanto, com a **petroquímica**, elemento que enriquecerá sólidamente nosso setor secundário, notadamente quanto a fertilizantes.

* * *

Os **TRANSPORTES** do Estado — eis um tema que vem sendo equacionado de larga data, pela viva consciência do rio-grandense na magnitude que assumem êles em todo o processo de desenvolvimento. Pioneiro na modernização dos órgãos estatais que tratam de **estradas de rodagem**, seu primeiro Plano Rodoviário já exibia essa mentalidade de unificar critérios, avaliar prioridades, inovar técnicas. Infelizmente, as obras rodoviárias, no Rio Grande do Sul, têm sido invariavelmente demoradas, descompassadas ante a propulsão de uma economia a exigir a troca rápida das riquezas, ajuntando o fator tempo aos tradicionais da “tonelagem-quilômetro”. Sem êsse elemento infra-estrutural, sabia-o eu ao assumir o Governo, frustrar-se-ia

qualquer avanço naquela caminhada crescente para o progresso que já era bandeira de todo trabalho empreendido e a empreender pelo povo e seus agentes na Administração Pública.

Impunha-se a prossecução e a conclusão de obras em curso para dar a cada investimento adequada rentabilidade, e assim foi determinado. Dentre essas obras, destaque-se a Rodovia Presidente Kennedy, parcialmente financiada pela USAID, que teve em 1968 concluídos e entregues ao tráfego os trechos Tabai-Lageado, Caràzinho-Sarandi e Soledade-Caràzinho, globalizando, nessa estrada, 191 km pavimentados, faltando apenas 9 km para que se conclua sua implantação básica de 254 km.

Chamamos concorrências para conclusão de terraplenagem e para a pavimentação dos trechos — que também totalizam 254 km — entre Rio Pardo-Pântano Grande, Cachoeira-BR/290, Santa Maria-São Sepé, Tapes-BR/116, Passo Fundo-Ernestina-RS/13, Cruz Alta-Ijuí, Capão da Canoa-BR/101, São Vendelino-Garibaldi-Bento Gonçalves, Viamão-Capivari e Pelotas-Canguçu.

145,4 quilômetros ganharam asfalto em 68 e terraplenados 192,30 quilômetros, aproximando cidades em modernos traçados, com elevado índice de produção sobre o exercício anterior.

A captação de recursos para a obra rodoviária, desde a construção de novas rotas até a modernização do parque moto-mecanizado para a conservação dos 9.000 km da extensa rede intermunicipal, tem se constituído em permanente preocupação do Governo. O prosseguimento de negociações com a Aliança para o Progresso e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em conjunto com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e a apresentação de novos projetos — além da contratação de mútuo com outros organismos mundiais, — vêm possibilitando a antevisão, a curto prazo, de relevantes empreendimentos, como as obras constantes da Fase-I do BIRD: Pavimentação da RS/4, trecho Cai-Bento Gonçalves-São Vendelino-Emboaba-Farroupilha, com 45 km, — Implantação e pavimentação do trecho Tabai-Canoas, dando continuidade à Presidente Kennedy, com 54 km, — Implantação e pa-

vimentação da 2.^a pista de São Leopoldo a Estância Velha, com 12 Km, — e o numerário para manutenção racional da rede, junto à USAID. Com o Banco Suíço foi contratado empréstimo de 5 milhões de dólares para a implantação e pavimentação do trecho Santa Maria-São Sepé, na Tronco-Sul, diagonal de escoamento que reclama o Estado, e cujos trabalhos já estão iniciados, — com os trechos São Sepé-Caçapava e desta a Canguçu, aguardando financiamentos externos através de relatórios de executabilidade já remetidos ao exterior. Também foi examinada a viabilidade de uma pronta implantação da estrada São José do Norte-Mostardas, dando à rica produção litorânea aquela via de intercomunicação física a que aspira há decênios.

A infra-estrutura rodoviária, no Brasil, sempre apresentou um ponto de estrangulamento que, no caso rio-grandense, assume ainda maior importância: as estradas de nível municipal. A resposta econômica da implantação de novas rodovias só é suficientemente eficaz se a rede alimentadora possuir, por sua vez, um padrão razoável que venha a garantir um escoamento permanente da produção e uma integração real do homem do campo com os centros urbanos.

Dai, em 1968, se ter concluído, em prazo recorde, um Projeto que criará no nosso Estado a Companhia Intermunicipal de Desenvolvimento, organismo que congregará Prefeituras e Estado, numa avançada concepção administrativa encarregada da conservação e melhoria de uma rede de 10.000 km de “estradas alimentadoras”, em 118 municípios do Estado.

Classifico este Projeto como um dos mais ajustados a uma nova etapa da vida administrativa, econômica e social do nosso Estado, pois, além de permitir a obtenção de financiamentos vultosos, enlaça num mesmo propósito os dois níveis administrativos — Estado e Municípios — numa concepção regional de desenvolvimento acima e fora das velhas práticas de gestão da coisa pública. Seu êxito não poderá ser creditado apenas ao Governo do Estado ou a cada um dos municípios. Será, em verdade, a melhor e mais eloqüente demonstração de que aqui no nosso Estado, se inova e se dá solução permanente a problemas antigos com a efetiva participação de todos.

Vale, portanto, o Projeto das Estradas Alimentadoras, pelos seus benefícios diretos no campo rodoviário, mas adquire a sua real dimensão na medida em que fôr compreendido pelos municípios, através dos seus dirigentes e representantes.

Dentro de poucos dias já deverá o referido Projeto ser encaminhado e analisado pelos organismos financeiros, ao mesmo tempo que será objeto do reexame dos Senhores Deputados, Prefeitos e Vereadores.

Há que destacar, no âmbito do transporte de passageiros por rodovias, a ordenação sempre aperfeiçoada do sistema em curso no Estado, pioneiro no país, onde, afinal, se dá solução também naquilo que, sem dúvida, feria o sistema: a estação de ônibus intermunicipais da Capital. Equacionado o problema em moldes realistas durante 1968, foi com satisfação que bati a primeira estaca da futura Estação Rodoviária de Pôrto Alegre, obra à altura da metrópole e dos milhões de usuários que hoje buscam os ônibus para seus deslocamentos.

Ressalto, com júbilo, o papel que o Governo Federal desempenhou no aprimoramento de nosso sistema viário durante o exercício transato. Deu ritmo adequado a obras vitais para a nossa economia, como a BR/290, com o asfalto chegando a Rosário, em plena Campanha, a BR/471, já a chamar aos irmãos do Prata, a BR/116 em demanda de Jaguarão, a BR/101 concluída em território gaúcho e abrindo nova via, com traçado mais favorável ao cargueiro que troca as riquezas do sul com as de outras zonas do País, e dando ao turista outra visão de nossas belezas naturais. E ao norte, a BR/285 interliga-se, com asfalto, pelas rochas, ao centro geográfico do Estado, onde a BR/377 e a BR/158 a esperam.

Nas hidrovias esta cooperação tem sido também inestimável, especialmente pelo impulso dado às obras das barragens que breve hão de dar mais de 300 quilômetros de navegabilidade ao Jacuí, ao incremento de nossa construção naval e ao melhoramento de nossos portos. Essa colaboração diretamente ligada ao órgão autárquico estatal que, através de estudos per-

manentes e da ação administrativa, supervisiona nossos portos, propiciou que as mercadorias nêles movimentadas em 1968 atin-gissem a mais de 6 milhões de toneladas. Nesse setor, desenvol-ve o Govêrno atenções constantes nos canais interiores e nas bacias de evolução, assegurando o acesso aos três grandes por-tos do Estado, malgrado os períodos de estiagem verificados em 1968.

Êsse cuidado levou o Estado a aqui realizar, com êxito, a 5.^a Convenção das Administrações Portuárias do Brasil, onde se estudaram medidas ora em prática, com vistas à redução da despesa com equipamentos e pessoal e maior produtividade dessa vital atividade.

E a tal imposição se ajusta à autarquia rio-grandense, que em 1968 obteve os provimentos legais capazes de ajustar sua es-trutura aos reclamos de uma ação administrativa atuante e eco-nômica, propiciando-lhe um superavit orçamentário de 600 mil cruzeiros novos, e a viabilidade do financiamento capaz de dar definitivo andamento à barragem mista de Bom Retiro do Sul, trazendo o rio Taquari à navegação.

A nossa tradicional **Viação Férrea**, hoje integrada na Rêde Ferroviária Federal, houve de passar por ajustes de ordem eco-nômica e operacional para assegurar a posição de destaque que sempre teve no escoamento da produção gaúcha. Modernizada em equipamentos, administrativamente e, agora, com a poten-cialidade de novos ramais que, por anos, esperaram construção ativa — Montenegro-Roca Salles, Roca-Salles-Lajes, Cêrro Lar-go-Santo Ângelo, tôdas metas do Govêrno Federal em nosso Es-tado — é a Rêde Ferroviária Federal instrumento atuante de novas conquistas de nossa economia.

Ao transporte aéreo vem dando o Estado aquêlc apoio ter-restre que lhe é indispensável, na realização de obras in-fra-estruturais de destaque, dentro de uma programação pré-determinada segundo prioridades e especificações ditadas pelas necessidades operacionais das aeronaves e da demanda de pas-

sageiros e carga. Em 12 municípios foram construídos aeroportos; em 26 outros foram introduzidos melhoramentos de vulto, nas pistas ou nas estações de passageiros. Estudos, projetos e controle tecnológico para novos aeroportos, pesquisa em aeromodelos e planadores como base para a formação de pilotos e técnicos, assistência financeira e logística a entidades aerodesportivas, constituiu-se em permanente atividade do órgão estatal que, mercê de autorização dessa Assembléia, vem de autarquizar-se, apta a assumir honrosos encargos que lhe comete crescentemente o Governo Federal, dentre os quais a delegação, em demarches, para os encargos de administração dos aeroportos sítos em nossa terra.

Se foi motivo de intensa preocupação do governante a deficiência gritante do nosso sistema de comunicações, hoje, dois anos decorridos, o mesmo Governador vê em plena execução aquêles planos que, sem tardanças, quase inacreditados pelo seu vulto, conectando regiões e interesses, eram ontem apenas uma visão a ser trabalhada pela vontade.

Penso que, neste momento, bastarão alguns números para que se aquilate do trabalho em curso nesse setor, nestes dois anos em que o Governo e o Povo acreditaram na possibilidade de melhoria das telecomunicações:

Os 368 canais interurbanos hoje são 679. Oito das mais populosas Praias, em rádio-enlaces de UHF com até 24 canais, comunicam-se com o resto do Estado, dando tranqüilidade a milhares de veranistas e o sustentáculo da informação à florescente produção litorânea. 132 canais de microndas já aproximam mais a Caxias, Taquari, Santa Cruz, Cachoeira e Santa Maria, e mais 84 reforçarão desde logo àqueles, atingindo também Veranópolis e Rosário do Sul. As 29.000 linhas telefônicas existentes no interior passaram, em dois anos, a 42.500, e as 15.000 da capital hoje são 24.000, e agora, com a aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — cujo apoio inestimável a importantes iniciativas do Estado destaco com satisfação — o financiamento (NCr\$ 56.000.000,00) para

a ampliação dos serviços urbanos da Área Metropolitana, 20.800 novas terminais aprestam-se a integrar esse complexo de telefonia, que se desdobrará também na extensão das rotas de microrondas de Pôrto Alegre a Santa Maria, Cruz Alta, Veranópolis e Passo Fundo, e na implantação das rotas entre Pôrto Alegre, Pelotas e Rio Grande, Pôrto Alegre, Canoas e Nôvo Hamburgo, nos rádio-enlaces UHF Passo Fundo — Getúlio Vargas — Erechim.

E, com a decisiva participação do Govêrno Federal em sua agressiva política de comunicações, erguendo a EMBRATEL a “Estação de Trânsito de Pôrto Alegre”, com o significado maiúsculo do Tronco-Principal-Sul, então verdadeiramente se interligarão — e ainda neste exercício — Rio Grande e Brasil, através de Discagem Direta à Distância (DDD), com os grandes centros da Federação, possível desde Pôrto Alegre, Canoas, Nôvo Hamburgo, Santa Cruz, Cachoeira, Santa Maria, Caxias, Passo Fundo, Carazinho e Pelotas. Aqueles 6 canais do passado se transmutam em 324.

É o progresso.

O Rio Grande do Sul sempre teve motivos de orgulho no índice cultural de sua gente, e o Govêrno, evidentemente, tomou os melhores cuidados no sentido do aprimoramento de todo esse complexo que leva a instrução a cada filho desta terra. Ao crescimento populacional se alia cada vez mais o desejo de estudar da juventude, fôrça imensa que representa o mais rico potencial com que conta a Nação brasileira. Por isso, consciente do papel do jovem na construção sólida do nôvo Brasil, preocupou-se meu Govêrno, desde a hora primeira, na mais plena adequação dos instrumentos estatais voltados ao ensino a essa missão de alto sentido humano e social. Da instrução primária à superior, todo esforço seria empreendido pelo Estado, por ação direta ou indireta, para que o Rio Grande oferecesse à juventude os canais indispensáveis a essa obra de aculturação, substrato primeiro do autêntico desenvolvimento.

A edição do Plano Estadual de Educação marca bem esse desejo governamental de, globalizadamente, adequar órgãos, atividades, concentrar recursos humanos e financeiros, juntar esforços públicos e privados, para que a escola esteja ao alcance de todos, sem exceções. E 1968 foi, efetivamente, um ano de ajustamentos, de correções e de expansão do sistema educativo no Rio Grande. Na crescente desburocratização dos serviços vai sobrando mais tempo para planejar, coordenar, fiscalizar, descentralizar decisões intermediárias, expandir o ensino também pelas rêsdes municipal e particular. Realizou-se o maior concurso público de que se tem notícia, com 12.000 candidatos ao magistério primário, para prover as necessidades educacionais dos 623.646 alunos, que buscaram as 3.272 escolas primárias atendidas pelo Estado, — atendimento propiciado pela construção de mais 359 salas de aula de alvenaria, pela regularização funcional dos mestres concursados, criados os respectivos cargos, e pela racional redistribuição do professorado, medida que, à época, desgostou a muitos, mas que possibilitou desde logo mais 85.000 matrículas sem qualquer admissão no primário, havendo mesmo um decréscimo de mestres, que, de 32.059 em 1967, passaram a 30.608 no exercício findo.

Ao nível médio, 142.000 alunos foram atendidos por 13.144 professôres especializados nas diversas matérias e especialidades que compõem o ensino secundário, o normal, o industrial, o comercial e o agrícola, criados mais 51 ginásios e 4 colégios para corresponder às 9.000 novas matrículas havidas em 1.968.

232 acordos do Estado com Prefeituras — no valor de NCr\$ 12.676.000,00 — possibilitou fôsssem subvencionados 9.377 professôres municipais, que assistiram a mais 225.000 crianças em idade escolar, dando-se pleno andamento à municipalização dos cursos primários, inclusive com programas de aperfeiçoamento de mestres e da sistemática em curso.

Programas a destacar dentro do complexo de medidas administrativas que buscam melhorar constantemente a atividade estatal no campo cultural é o da Televisão Educativa, com ca-

nal já concedido ao governo, que se consolida agora com a seleção do equipamento e da localização das antenas e transmissores. Também os cursos e seminários para o afinamento de métodos pedagógicos e de mestres.

No plano artístico-cultural desenvolveu o Estado profícua atividade, restaurando e ampliando seus museus, bibliotecas para adultos e crianças, editando trabalhos laureados e de valor histórico-social, promovendo concursos, conferências, seminários e cursos sobre literatura, folclore, teatro, cinema e música, inclusive espetáculos artísticos, — onde a orquestra sinfônica mantida pelo Estado sobressai com suas 51 apresentações do mais alto nível.

E como elemento propulsor da especialização científica, pôs o Governo em funcionamento, com vultosos recursos, o órgão criado para amparo à pesquisa em nosso Estado, que já desenvolve programas de atendimento a cursos e atividades de pós-graduação.

E a assistência ao escolar pobre já adquire dimensões dignas de menção, através das oito colônias de férias na praia e na serra, onde 6.500 crianças selecionadas se recuperam, das distribuições de mais de 9.000 peças de vestuário, da atenção médico-odontológica, em 175.000 atendimentos, com a merenda escolar, com bolsas de estudo para todos os níveis de ensino, com as quais se beneficiaram 55.251 estudantes sem recursos em 1968.

Para o desdobramento pleno dessa atividade no Estado, vem o Governo Federal contribuindo financeiramente, através de verbas do Plano Nacional de Educação e do chamado "Salário Educação", bem como por via de convênios que possibilitam a ampliação de diversos serviços no setor.

No campo da saúde pública, que o Rio Grande tanto cuida, mantendo os mais elevados índices do país, o Estado, durante 1968, desenvolveu intenso trabalho, adequando preliminarmente

te seus instrumentos administrativos, o que possibilitou uma descentralização real dos serviços, completada a instalação de 15 Delegacias de Saúde e criadas duas Superintendências, realizados grandes avanços no diagnóstico de saúde e saneamento do Estado, dado básico para uma ação objetiva e expedita.

Destacáveis dentro da diversificação dos atos de assistência sanitária praticados pela Administração Pública, no exercício transato, vejo a Campanha de Erradicação da Variola, o impulso decisivo dado ao Instituto de Cardiologia, a remodelação do Sanatório Partenon, que elevou seu índice de curas para 76,5%, as 14.000.000 de doses de vacinas de vários tipos produzidas pelo Estado, os beneméritos serviços prestados pelos hospitais de assistência psiquiátrica e a hansenianos, os convênios celebrados com entidades federais e internacionais, visando a diversos programas de melhoria do nível sanitário de nosso povo, notadamente para o completo controle de endemias rurais, da raiva canina, da poluição do ar.

Participou, afinal, o Estado, de forma marcante, na oportuna reunião dos Ministros da Saúde da Bacia do Prata, equacionando a problemática sanitária comum a essa região continental na qual nos inserimos.

A tarefa de assistência social que ao Estado incumbe é radicada na necessidade de possibilitar condições de felicidade àqueles que, carenciados da mais diversa gama de recursos, não usufruem dos meios essenciais para sua realização pessoal.

Tão mais atuante quanto forem os efeitos das distorções sociais, necessita o Estado dispor de uma estrutura que seja intermédio eficiente para o trato desse problema. Daí, a alteração que o Governo produziu, — com a colaboração do Colendo Poder Legislativo, — na disposição dos órgãos que tratam da assistência social, através a transformação do Departamento com competência específica na matéria, em Fundação dedicada precipuamente ao problema do menor. Essa atenção prevalente ao menor desamparado é parte não de uma estrita filosofia deste

Govêrno, mas de uma formulação universal congregada em solene Declaração dos Direitos da Criança, editada pelas Nações Unidas, na qual se proclama que "a Humanidade deve à criança o melhor de seus esforços".

Paralelamente a essa nova tomada de posição, cujos frutos começam a se produzir a partir dêstes primeiros meses de 1969, o exercício sôbre o qual hoje tratamos apresentou ponderável soma de realizações, tanto no que refere ao aparelhamento dos órgãos estatais existentes como nos próprios auxílios materiais concedidos.

Com recursos do Estado, deu-se continuação às obras do Centro de Recepção e Triagem, localizado em Pôrto Alegre; renovaram-se os convênios assistenciais com entidades privadas, num montante global de NCr\$ 800.000,00; reorganizou-se a rede de instituições assistenciais, ampliando-se o sistema de casas-lares destinadas a menores abandonados; criaram-se condições de atendimento psicológico e assistencial aos menores internados.

A par dessa tarefa assim institucionalizada, o Govêrno prosseguiu no carreamento de recursos, oriundos, em sua maior parte, da renda dos serviços lotéricos administrados pelo Estado, para fins de contribuição a entidades beneficentes da capital e interior.

Por intermédio da fundação assistencial a qual está cometida a concessão da venda dos bilhetes de loteria, foi distribuída importância da ordem de NCr\$ 1.440.000,00, possibilitando, assim, que beneméritas instituições, como a Santa Casa de Misericórdia, de nossa capital, possam incrementar sua tarefa de contínua e preciosa assistência aos menos privilegiados.

Outro aspecto que mereceu atenção do Govêrno, e que vem atestar em mais um setor a colaboração dos níveis Federal e Estadual na imediata solução dos problemas que atingem de

perto o Homem, — sujeito-objeto central de nossas preocupações, — foi o da **habitação**. Com recursos do Plano Nacional que a Revolução fez em hora tão propícia inaugurar, aliados a outros com origem no próprio Estado e Municípios, ou, mesmo em empréstimos externos a longo prazo, pôde-se abranger não só a faixa de interesse social dos centros urbanos, mas estender esse benefício a centenas de servidores públicos, através seu órgão previdenciário, e iniciar o atendimento ao âmbito rural.

No campo da estrita competência estatal, assim cometido em vista da baixa renda dos seus integrantes, registro com satisfação a entrega aos beneficiários diretos do Plano Habitacional de 3.093 unidades residenciais, — número por si só pouco inferior a tôdas realizações concretizadas até 1967, — além de 1.300 outras que, em fase de conclusão, deverão em breve tempo alcançar sua finalidade. Outro tanto, projetos para próxima construção de mais 3.490 habitações foram elaborados no exercício de 68, com vistas a seu encaminhamento aos órgãos financiadores.

Estamos alcançando, dêsse modo, a decisiva redução do deficit de moradias que preocupa sobretudo no que concerne às cidades, e que também representa origem de extensos males sociais no meio agrário, setor êsse que começou a receber os cuidados de projeto pioneiro no País, — graças à atuação do principal estabelecimento oficial de crédito do Estado, que, na sua condição de agente do Sistema Financeiro da Habitação, integrou-se no esforço das associações de assistência ao rurícola, visando dessarte abordar com sucesso êsse significativo problema.

Relativamente a êsse tópico, é imperativo ressaltar, também, os excelentes efeitos secundários do Plano Habitacional na economia do Estado, em direta relação com o incremento de atividades da indústria da construção civil e o conseqüente aproveitamento de mão-de-obra não especializada que permanecia ociosa.

O setor prisional foi assinalado pela implantação de uma reforma geral, — cuja primeira afirmação está no novo organismo que, nascido da Lei 5.745, contém em sua estrutura moderna, os elementos capazes de atuar funcionalmente no âmbito dessa delicada matéria. De uma primeira etapa básica, a especialização e adequado treinamento de pessoal, emergirá a final aquêle atendimento compatível com a condição humana do apenado. E os recursos advindos do Fundo Penitenciário criado pela Lei 5.741, proporcionarão, em caráter supletivo aos do erário, meios capazes de alimentar essa atividade integrada sem os recuos das soluções de continuidade que arrastam, desde sempre, o problema penitenciário em nossa terra. E com isto, a melhoria das técnicas penitenciais, pedagógicas, científicas e administrativas, — surgindo no Rio Grande um sistema à altura de nosso nível de civilização.

Vários cursos intensivos para a formação de mão-de-obra especializada (marceneiro, eletricista, instalador, torneiro, pedreiro, pintor) foram ministrados aos apenados, com a colaboração eficaz do governo federal e de mestres estaduais que complementavam com alfabetização aquela orientação ao trabalho.

Com sua receita própria, a Penitenciária Agrícola já cobriu 40% das suas despesas de custeio, devendo acrescer essa cifra com modificações introduzidas em seu sistema operacional.

Realizados 11 novos projetos de estabelecimentos penais, foros e residências para Juizes e se deu curso a reformas gerais na Penitenciária Estadual, em diversos próprios localizados na Penitenciária Agrícola e no Instituto Psiquiátrico Forense, êste um órgão auxiliar da Justiça, com atividades periciais, terapêuticas, didáticas e de pesquisa, e que, em 1968, realizou vários cursos de aperfeiçoamento de seu pessoal, a fim de mais eficazmente contribuir com o nobre Poder Judiciário na verificação precisa da responsabilidade penal e da periculosidade social.

A fiscalização das diversões públicas adapta-se aos novos dispositivos constitucionais que remetem a atividade de censu-

ra à órbita federal, cometendo aos Estados o licenciamento e a fiscalização das casas de espetáculo. Esse trabalho disciplinador da diversão nos centros urbanos carregou aos cofres do Estado, em 1968, mais de oitocentos mil cruzeiros novos, 40% a mais do que no exercício anterior.

Reformulado também o sistema de trabalho do órgão de registro das entidades mercantis, por decreto que o ajustou a recente legislação federal, seu novo Regimento Interno deu-lhe maior flexibilidade, propiciando-lhe a implantação do sistema de Cadastro Nacional e o fichário individual de cada comerciante. Sua atividade trouxe ao erário mais de quatrocentos mil cruzeiros novos, que em muito sobrepassam suas despesas de custeio.

Os serviços de arquivo público se modernizam não apenas na segurança e na maneira com que agora atendem à guarda de um acervo de documentos que diz tão de perto com os direitos dos cidadãos, como no atendimento às solicitações de certidões que lhe chegam diariamente, e de forma evidente, na aparelhagem de micro-filmagem que dará solução a graves problemas de espaço e de conservação de textos.

Tôda a problemática ligada ao funcionalismo tem seu polo no órgão de pessoal do Estado, que, só em 1968, registrou 69.140 atos da mais variada natureza, despachou 56.286 processos e solveu velhos problemas que se arrastavam no tempo, como o dos professôres concursados em 1964 e o da estabilidade das domésticas.

Às Prefeituras e Câmaras de Vereadores foi prestada assistência técnica na elaboração de planos de reorganização de seus serviços, — participando o órgão diretamente em todo projeto-de-lei ou provimento executivo estadual que dissesse com a reformulação administrativa de qualquer entidade centralizada ou descentralizada. E, obediente à política de contenção da despesa pública, soube economizar em pessoal e em material, sem prejuízos para suas atividades específicas.

O exercício de 1968 foi devotado pelo órgão previdenciário do Estado especialmente ao trabalho de expansão habitacional e à ampliação da área de benefícios aos segurados. 9 programas habitacionais em diversos bairros da Capital e no Interior erguem centenas de casas de alvenaria e edifícios de apartamentos, centros comerciais, administrativos e sociais, escolas e parques infantis, através de financiamentos a funcionários, para casa própria.

O Seguro médico-hospitalar tem proporcionado aos seus associados um reembolso, em limites pré-fixados, dos gastos com operações cirúrgicas e outras ocorrências.

A divulgação na Capital e no Interior do Estado dos benefícios e vantagens oferecidos pelo órgão aos seus associados, através de quadros demonstrativos e pessoal humano especialmente treinado, aproximou ainda mais ao funcionalismo aquela segurança que entrevê na previdência social. E em todo interior, farmácias do Estado levam agora ao servidor público um medicamento mais barato.

A **Imprensa Oficial** não obstante a obsolência que ainda caracteriza o equipamento de seu parque industrial, com média de 25 anos de vida, conseguiu atingir suas finalidades, apresentando um resultado financeiro superavitário e cumprindo tarefas extraordinárias de vulto, ao lado de 294 edições do Diário Oficial — vencendo tôdas as dificuldades e fazendo antever que, modernizado seu equipamento, realizará trabalhos gráficos ainda mais diversificados, aumentando sua receita industrial, que é tôda recolhida ao Tesouro do Estado.

A necessidade de a administração pública se libertar de maquinaria que mais lhe pesava do que lhe dava em serviços, foi o que determinou a nova **política de venda de veículos**, considerados inservíveis à atividade pública. E entre o leilão inicial de abril até o de dezembro passado, por dez vêzes o Estado ofereceu a terceiros uma verdadeira frota dos mais variados modelos automotores. Setecentos e quarenta unidades foram,

sob o martelo, alienadas, trazendo aos cofres públicos mais de um milhão de cruzeiros novos.

Deseja o Estado se desfazer de mil veículos obsoletos até abril, repondo-os, consoante necessidades comprovadas, à razão de um para dois.

É verdadeiramente insusceptível de avaliação a economia que daí advém, resultando na eliminação de gastos que crescem a cada dia no combustível e na conservação generalizada. Liga-se essa política à da moralização do uso do veículo oficial, hoje um simples instrumento de trabalho.

Dentro da política administrativa que deseja e já consegue inovar métodos de ação, compatibilizar esquemas de atividade com o mundo moderno, parece que o processamento de dados que o Estado vem expandindo é um marco de especial significação.

Na atualização do cadastro geral de contribuintes do ICM, no processamento de fôlhas de pagamento do pessoal do Estado, nas estatísticas de importação e exportação, demográfica e judiciária, agropecuária, educacional, só isso, de per si, pela importância ímpar que daí deflui para a atualização de dados e do atendimento de interesses do erário e do funcionalismo, justificaria o órgão. Entretanto, no avanço crescente de suas atribuições, buscando levar ao máximo sua capacidade útil, a eletrônica também participa, agora, de atividades outras, como o cadastramento de propriedades territoriais e prediais urbanas, emitindo inclusive talões de cobrança dos respectivos tributos (convênios com Canoas e Rio Grande).

Autarquias e Sociedades de Economia Mista que bem compreenderam os benefícios dessa atividade (DAER, COHAB, CORSAN, BRIGADA MILITAR, BERGS, COMISSÃO MISTA DA LAGOA MIRIM) tornam-se clientes e beneficiários do processamento eletrônico de dados, solicitando o preparo de fôlhas de pagamento, tarefas contábeis de extrema complexidade, con-

trôle de cobranças de natureza vária, de arrecadações, finanças, empréstimos e outros itens.

Ademais, se os conhecimentos para arrecadação de tributos sobre circulação de veículos já era tarefa entregue ao órgão, neste exercício os respectivos conhecimentos já serão emitidos com a inclusão do valor das eventuais multas aplicadas. Não obstante haver aumentado o volume de serviços em 1968, o quadro de pessoal do organismo diminuiu.

Já tenho, por vêzes diversas, manifestado também minha satisfação pela nova política em vigor de **compras centralizadas**. A medida, que me parecia lógica, passou por resistências e previsões derrotistas, máxime ante o abalado crédito do Estado em 1967. Mas a convicção governamental imposta desde a primeira hora, enfrentando, inclusive, o desencaixe existente no Tesouro, vingou. Mau pagador, o Estado comprava caro e também comprava mal muitas vêzes. E em demasia, em vários setores.

Preliminarmente foi reestruturado o órgão ao qual ficariam aletas as aquisições — para que empreendesse com segurança seu mister. E, desde logo, da expectativa aos resultados positivos, tudo começou a dar certo. O supérfluo, o suntuário deixou de ser artigo a que o Governo adquirisse. As aquisições-contratamentos foram substituídas por um regime de compras-à-boca-do-cofre.

E, se em 1968, as compras a-vista refletiram uma economia pela média ponderada de 50% em relação a 1967, quando se implantou o novo sistema, — com relação a 1966, quando vigia o sistema anterior, essa economia foi de 100%.

Adaptada funcionalmente às novas atribuições centralizadoras, o movimento de processos do órgão de compras teve um aumento de 54,4% em 1968, com relação ao exercício anterior, — o que não impediu que as unidades administrativas solici-

tantes obtivessem uma melhoria no atendimento de suas necessidades de material, no que tange à qualidade e à quantidade, — preservadas, outrotanto rigidamente, as normas de contenção de gastos em vigor. Somados os itens, desde os mais significativos, como o da rubrica “material para conservação de veículos” (que o orçamento de 1968 consignava um global de NCr\$ 1.838.250,00 e do qual só se gastou NCr\$ 304.256,96), o de compra de carne (que em 1967 era adquirida a NCr\$ 2,97 o Kg, e em 1968 a NCr\$ 1,27, proporcionando uma economia de NCr\$ 1.797.375,16) até as mais singelas aquisições de materiais de escritório e outros, posso dizer, com satisfação, que economizou o Estado, em 1968, a ponderável soma de NCr\$ 12.611.472,18, onde se computa, também, um gasto a menos, só em combustível, correspondente a 647.600 litros em comparação com a quantidade despendida em 1966.

Aos que diziam que o Estado passava a fazer uma “economia de alfinetes”, respondo agora com êsses dados, que mais do que uma economia que reverte em benefício do povo riograndense, é a afirmação de uma nova mentalidade de cuidado e respeito para com o patrimônio público, e que vem sendo norma na Administração.

A criteriosa seleção e programação das obras públicas em 1968, intimamente ligadas e entrelaçando-se com setores os mais variados da atividade do Governo, fez com que se desenvolvessem em ritmo adequado à demanda registrada. Assim, obras com valor orçado em NCr\$ 25.000.000,00 vierem a ser concluídas, contratadas ou projetadas, com vistas ao seu aproveitamento, como prédios escolares (467), postos de saúde e de puericultura (15), cadeias civis (16), foros (4), e outros (31), colaborando dessa forma com a concretização das atividades-fins de outros organismos governamentais. A essa tarefa construtiva somou-se o trabalho de planejamento regional e urbano (Projetos Taquari-Antas e Vale do Rio dos Sinos) que dizem tão de perto com o processo de desenvolvimento local que vem se efetivando através do somatório de recursos federais, estaduais e das próprias comunidades beneficiadas. Nesse terreno também

desenvolveu-se a projeção do futuro Centro Administrativo, que reunirá em um só complexo os edifícios públicos do Estado.

Também subordinado ao conceito de obras públicas, mas com implicações muito próximas ao da saúde de nosso povo, torna o saneamento básico a participar das maiores atenções do Governo no exercício em foco.

De igual modo, nesse terreno a Administração sentiu necessidade de institucionalizar os vultosos recursos cujo carreamento é imprescindível a uma atuação que se compatibilize com a grandeza do problema. A criação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos — FAE-RS, em abril do ano transato, veio a atender essa necessidade, eis que aglutinaram-se recursos específicos da União e do Estado, colimando a implantação progressiva do sistema de abastecimento de água no Rio Grande do Sul.

Ampliando para 110 as Unidades de Saneamento, o Governo estadual passou a beneficiar com serviço de água a 24,75% da nossa população urbana, por intermédio de 180.190 economias ligadas. Um incremento, portanto, de 15.000 economias e de perto de 60.000 habitantes atendidos, sobre os resultados de 1.967.

A assistência ao trabalhador rural e urbano, aspirando ao propiciamento de condições de elevação profissional e social, teve continuidade através o desempenho dos órgãos competentes do Estado.

Consciente da necessidade da associação — com vistas à defesa dos direitos que são inalienáveis ao trabalhador, — ao lado da convicção de que essa necessidade somente é satisfeita na medida do pleno conhecimento dos seus direitos e deveres, promoveu o Governo várias modalidades de cursos e seminários, visando a preparação das lideranças sindicais para a tarefa que lhes é cometida. Da mesma forma, uma instrução destinada ao aperfeiçoamento de mão-de-obra já alcançou perto de 2.000 trabalha-

dores, em dezesseis municipalidades, constituindo-se em exemplo de integração dos setores públicos e privados na colimação de objetivos comuns. Estou certo de que, em virtude da rápida e profícua preparação ensejada por esses cursos, nenhum esforço despendido nessa tarefa é desperdiçado, como acredito que nenhum dos trabalhadores que obteve acesso ao mencionado aperfeiçoamento profissional, deixou de auferir a imediata compensação.

A mesma atenção ao aprendizado técnico, já agora de grau médio, e que brevemente constituir-se-á em exemplar realização, fez contar a Universidade do Trabalho com o apoio e o entusiasmo do Governo, que assiste com interesse as obras de seu erguimento, colaborando, inclusive, através de dotações orçamentárias, para que esse pioneiro projeto comece a produzir de logo seus benefícios.

O agenciamento de empregos pelo Estado — missão do mais elevado sentido social, possibilitou a que 4.153 pessoas fôsem encaminhadas à garantia do seu ganha-pão diário.

A Segurança de uma coletividade é dos mais expressivos fatores do aprimoramento de suas instituições, pois que do caos podem emergir mudanças, mas jamais progresso. A paz social é a base mais sólida para o verdadeiro desenvolvimento, pois é nela que o Homem encontra condições existenciais para a sua criatividade.

Por isso, vendo a segurança pública como instrumento de trabalho, — e nunca de pressões estranhas a esse desiderato — os órgãos estatais dela especificamente incumbidos, desdobraram sua ação dentro dos preceitos constitucionais e legais que norteiam essa atividade, imbuidos dêsse espírito de integração com as mais autênticas aspirações da gente rio-grandense.

Ibá Mesquita Ilha Moreira foi um símbolo dêsse espírito à frente da sua Pasta, e sua morte, separando-o do nosso convívio e do seu trabalho, — pelo exemplo que deixou êle como homem

que amou a paz e a ordem, marcando uma linha de conduta clara e enérgica na defesa dessa paz e dessa ordem que é para todos, — impôs uma fácil continuidade na ação dos agentes da lei.

O mais completo entrosamento operacional entre as corporações civil e militar às quais está cometida a salvaguarda da ordem pública e da segurança individual dos cidadãos, impôs, em todo o território rio-grandense, um clima de tranquilidade inegável.

Notório foi o desmantelamento de quadrilhas assaltantes, de traficantes, de jogadores, de ladrões de automóveis, numa demonstração da eficiência dos serviços e de seus agentes e da completa sintonia dentre todos os organismos da capital e do interior, orientados sob criterioso planejamento e levantamentos de necessidades.

A rígida seleção de pessoal, que participa de atividades de contínuo aprimoramento, dentro das respectivas corporações, a conveniente distribuição de unidades de policiamento e de agentes, a modernização do equipamento necessário a sua missão tanto preventiva como corretiva, faz do sistema da segurança pública rio-grandense, um exemplo de eficiência e de preocupação pelo auto-aperfeiçoamento.

Das atividades-meios às atividades-fins, coesas no mesmo ideário, tôdas as unidades que compõem o complexo administrativo da segurança, seguirão sendo, — nas horas tranquilas e nas eventuais horas em que minorias infladas de falsos conceitos queiram conturbar — aquêlê instrumento de paz e de ordem, assecuratório de uma atmosfera criadora, única desejada pela solidez sócio-econômica do Rio Grande do Sul.

Já tenho dito que a situação do setor primário, como componente principal de nossa renda interna constitui-se em fator decisivo para que o Govêrno se volte aos estímulos à agricultura e à pecuária, promovendo ou encorajando tôdas medidas que signifiquem melhoria de produtividade dos trabalhos da terra e

da criação animal, seguro armazenamento desses produtos destinados à indústria e ao comércio, com vistas a uma sã política de abastecimento, preços e exportação.

Dessarte, a Administração não conteve esforços para dar prosseguimento ao que se estabeleceu no início do Governo como metas essenciais ao desenvolvimento agropastoril e à exploração dos recursos naturais, a começar pela prossecução da Campanha de Combate à Febre Aftosa, que alcançou, em 1.968, mais 30 municípios e 1.872.884 bovinos, o que, somado ao que já se realizara desde 1965, faz o combate a essa zoonose atingir a mais de 70% de nosso rebanho bovino. A raiva canina, a anemia infecciosa eqüina e a hidatidose também tiveram o combate dos órgãos especializados, a par do trabalho de desenvolvimento estimulado pelos vários serviços zootécnicos existentes.

No que tange ao setor de produção vegetal destacam-se o início de atividades do sistema de pulverização, semeadura e adubação realizado por aeroplanos; o crédito rural orientado, que distribuiu perto de meio milhão de cruzeiros novos entre duas centenas de rurícolas; bem como o prosseguimento da tarefa de aculturação ao agricultor, por via de cursos intensivos e semanas de desenvolvimento agrícola.

Os levantamentos sôbre o solo rio-grandense e seu aproveitamento continuaram em ritmo intenso, fazendo-se prever para breve a completação dessa pesquisa tão essencial ao desenvolvimento agrário do Estado. A êstes acompanharam a pesquisa do calcáreo, do talco e da cassiterita; a colaboração a projetos de desenvolvimento regional integrado, no que respeita, especialmente, ao uso do solo; a assistência conservacionista a nossos recursos naturais; a defesa contra a erosão eólica; e o combate às sêcas cíclicas que tão grandes prejuízos trazem a nossa economia, especialmente a registrada na zona da Campanha, e que conta afinal com um programa de atuação objetiva.

Entretanto, tôdas essas realizações de estímulo e desenvolvimento aos setores agrário ou pastoril, — que envolvem nada

mais do que a permanente luta do Homem contra os fatores adversos da Natureza, ou que significam o sempre melhor e maior aproveitamento daquilo que a Criação põe a seu alcance, — necessitam de medidas de maior profundidade e, confesso, de complexa concretização, a fim de apor reparos naquilo que a muitos parece disposto desde sempre. A Política Agrária, que compreende não só esse auxílio sistemático e coordenado ao amanho da terra e ao cuidado dos rebanhos, traz em si o imperativo da reforma estrutural, cuja compreensão e alcance nunca passaram despercebidos à Revolução de 1.964. No Estado, a plena consciência dessa necessidade se institucionalizou por intermédio de órgão com finalidades específicas, e o acêrvo de tais realizações em 1.968 diz bem do caminho acertado que estamos trilhando *para objetivar a Reforma Agrária*. Planejando e concretizando a divisão de terras públicas, assistindo técnica econômica, e educacionalmente aos agricultores, vê-se que o Rio Grande não desconhece o problema; antes, o enfrenta com decisão.

É de destacar, também, respeitante ao setor primário, um aspecto que vem de se constituir em inovação e abrir grandes possibilidades para nossa produção, precipuamente no que concerne à desejável exportação de nossos produtos. Trata-se da organização ou participação do *Rio Grande do Sul em feiras nacionais e internacionais*, como os vitoriosos Festivais da Uva e do Vinho, realizados na Guanabara e em São Paulo, e a Feira Internacional de Santarém, em Portugal, cujo êxito já traz resultados palpáveis.

A essa tarefa de divulgação, vital à expansão da economia do Estado, — reúne-se um complexo de atividades de planejamento, coordenação, encaminhamento administrativo e gestão propriamente dita, que se relacionam ao órgão da Economia do Estado. A cada dia, na medida das frentes que se abrem ao equacionamento e à solução, consolidam-se suas atribuições, dirigidas, precipuamente, ao conjunto de problemas que preocupam ao empresariado e ao Governo.

Assim, se a seu núcleo central e repartições anexas preocupam os estudos e as sugestões concernentes a todos fatos econô-

micos ou correlatos, aos demais órgãos, autarquias e sociedades de economia mista que se lhe subordinam, compete a gestão direta daquelas atividades que o poder estatal houve por bem instituir. Da posição do Estado no Mercado Comum de âmbito latino-americano ao delineamento de uma agressiva política exportadora; dos levantamentos de nossa potencialidade produtiva ou transformadora à colaboração para fixação dos preços mínimos dos produtos primários; dos estudos de viabilidade de empreendimentos privados à efetiva assistência ao cooperativismo, — poucos serão os setores que se eximiram ao exame da coordenação econômica estatal, pois, se a intervenção sem limites do Estado na vida da economia é inaceitável, sua ação coordenadora e normativa se apresenta como imprescindível. Primacialmente, numa sociedade com rápida evolução como é a brasileira, em que houve o Estado paulatinamente de assumir no complexo do mundo moderno, e ante pressões sociais, a uma gama imensa de atribuições, nos mais diversos níveis da atividade, — tornando-se por excelência no instrumento central do desenvolvimento integrado da Nação, — nenhuma atividade de índole sócio-econômica lhe poderia ser estranha. Por isso, dentro das características de nosso Estado, onde determinados setores assumem preponderante papel na multiplicação da riqueza e na sua solidez estrutural, houve o Govêrno de criar organismos de defesa e regulação de produtos como o arroz, a carne, o leite, participando, outrossim, direta ou indiretamente, na geração de bens de produção e consumo, que se coadunam com nossa posição geo-política.

Registrando o exercício 1967/1968 a segunda maior safra orizicola de todos os tempos, — com a colheita de 23.100.000 sacos, — e considerando-se a extensa significação social da produção do arroz nesta Unidade Federativa, dado o grande contingente de dependentes diretos e indiretos dessa atividade, surge êste setor como um dos primordiais na diversificação econômica do Rio Grande do Sul. Aliando ao sucesso da safra a qualidade crescente do produto, gestões do Govêrno possibilitaram a colocação de centenas de milhares de sacos de arroz em grão ou beneficiado nos mais distantes mercados internacionais.

De igual modo, a exportação de carnes, cuja qualidade compara-se às melhores do mundo, alcançou o elevado índice de 50.000.000 de quilos, com valor superior a US\$ 30.000.000.

Também o leite, — cuja transformação em pó até pouco tempo o Estado importava, — passou a ser vendido a outras unidades federativas, atingindo Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Pernambuco, permanecendo ainda volumosos excedentes, causados, em primeiro plano, pelo seu subconsumo.

Alvo das atenções do Govêrno, os preços mínimos do arroz, da uva e de outros produtos vieram garantir, — paralelamente a sua colocação no mercado — a rentabilidade tão essencial àqueles que se dedicaram a sua produção.

Atente-se também para os progressos verificados na concretização de uma infra-estrutura visando ao armazenamento e conservação dos produtos primários, — traduzida pela instalação de réde de silos e armazéns destinados a guarda de grãos; o projeto do Tenda Frigorífico de Pôrto Alegre; e do efetivo funcionamento do Entrepôsto Frigorífico João Mascarenhas, de Rio Grande, aliando-se ao que o Govêrno Federal, por intermédio da CIBRAZEM, vem realizando no mesmo sentido, — o que virá resolver aquêle velho problema de estocagem que antecede à comercialização.

A final, ressalta o terreno da colaboração do Estado à produção primária, os progressos realizados no setor da cebola e do açúcar, através as sociedades de capital misto que tomaram a si a tarefa de racionalizar seu comércio, facilitar seu escoamento, e até industrializá-lo, resultando maior aproveitamento do trabalho realizado por milhares de famílias dependentes dêsse labor. Também o incremento à pesca, — êsse enorme potencial de riqueza que desde pouco tempo começa-se a explorar racionalmente, — prosseguiu em ritmo acelerado, graças ao trabalho de Grupo Executivo criado para propor programas e efetivar medidas necessárias ao seu desenvolvimento e aos incentivos fiscais.

A Escola Técnica, o Laboratório Tecnológico de Pesca, — com previsão para funcionamento já em 1971; o novo Porto Pesqueiro e o Distrito Industrial da Pesca, — cujas obras de prossecução se incrementa, visando a transformar o Rio Grande em moderno centro pesqueiro; os projetos de desenvolvimento de colônias de pesca elaborados ou já efetivados; o carreamento de recursos federais através de convênios e várias outras medidas paralelas, farão com que o Rio Grande do Sul, estou certo, alcance o progresso daquelas nações que fazem da pesca, há muito, um dos lastros mais sólidos de sua economia.

Outra atividade de recente desenvolvimento, — cujo potencial é traduzido pela natureza e pelo modo de ser de nossa gente, — vem agora de conseguir imensas possibilidades para um incremento a curto prazo. O turismo, que tanta riqueza carrega a países com maior desenvolvimento, passa a ser alvo do empenho das órbitas federal e estadual no sentido de fazer produzir os seus benefícios, por via da política de incentivos fiscais e do tratamento empresarial público que mereceu. Constitui-se em um desses setores que necessitam a mais íntima colaboração entre os poderes públicos e a iniciativa privada, mercê dos aspetos que dizem respeito ao comércio hoteleiro e congêneres, na perspectiva do melhor desempenho da hospitalidade inerente ao povo gaúcho. Por força da atuação do serviço estatal próprio, e com a participação técnica e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, vários caminhos abrem-se com vistas a exploração desse empreendimento, cujo sucesso certamente está assegurado.

Por fim, como ápice da participação do Estado no setor secundário, devo mencionar as atividades concernentes à fase da grande metalurgia para a qual o Rio Grande caminha a passos largos. O preciso projeto da AÇOS FINOS PIRATINI que há de ser incluído entre os planos prioritários do Governo Federal, trará com sua concretização, menos do que a funda modificação do panorama industrial do Estado, — pelos benefícios a largos setores de nossa economia, — o alcance de um desiderato muito mais relevante: a construção de mais um dos símbolos do poder

empreendedor do povo gaúcho. Daí a inarredável posição de meu governo em dar continuidade e concluir, dentro da maior prioridade, essa indústria de materiais finos, identificada com as peculiaridades de nosso carvão, que passará a ter um uso verdadeiramente nobre.

Essa obra administrativa tóda houve de enfrentar — e enfrenta ainda, porém agora sob contróle — uma situação financeira cuja fragilidade era sua melhor característica. E louvo a compreensão de alto sentido público de todos os auxiliares de meu Governo, que souberam criar, vendo frustrarem-se outras tantas aspirações dignas do Rio Grande e de seus programas administrativos, que tiveram que ser postergadas inapelavelmente.

Que se compreenda essa posição do Administrador — desde o Secretário de Estado até o Chefe de Setor que se viu, por fatores contingentes estranhos à sua propulsão realizadora, compelido a rigorosas e quase violentas opções, atento assim a prioridades que lhe ditava o bem estar coletivo mais urgente.

O ano de 1967 se apresentava com dificuldades financeiras aparentemente insuperáveis. Instituiu-se um sistema tributário novo, susceptível, em razão de uma fase mais ou menos prolongada, de vacilações. Via o Governo, ademais, que os estoques das emprêsas, existentes até dezembro de 1966, não davam lugar a que desde logo se haurissem dêles receita razoável, de conformidade com a nova legislação especial do Governo da República. Praticamente, a receita do ICM só começou a se fazer sentir no mês de março daquele ano, com dois meses de despesas compulsórias, correspondentes àquele exercício financeiro.

A prática até então adotada consistia no emprêgo de fiscalização rigorosa. Sem desconhecer o mérito desta medida não se poderá deixar de ver que na sistemática tributária anterior, essa providência, isoladamente, não carregava recursos suficientes para o erário. Impunha-se ao Estado, naquele momento, dar tolerância limitada no tempo aos contribuintes, para que êsses se ajustassem à nova ordem tributária. Gravar-se-ia ainda mais a situação do Tesouro, mas pareceu medida de absoluta necessidade, de bom senso.

Ao lado disso dispunha a produção primária de safras, cuja comercialização não fôra obtida por falta de mercado adequado. As armazenagens prolongadas, com o respectivo custo, e os financiamentos de safras a taxas elevadas, levavam os produtores a passar, apressados, ao desânimo completo. Em tal conjuntura, preparava-se para a Administração Estadual uma situação aflitiva. A queda da receita pública se mostrava inelutável, numa fase em que determinados setores do funcionalismo público estavam com muitos meses de vencimentos em atraso. Outrotanto, a produção primária reclamava socorro urgente, e outra alternativa não restou ao Estado senão ir em busca de mercados para essa produção, sobretudo no exterior, através de estímulos fiscais. Preferível era arrecadar menos, perder a receita derivada das exportações, a correr o risco de levar ao colapso certos setores da produção.

Os efeitos dessa medida não se fizeram esperar.

E no Rio Grande foi transposta aquela fase de desânimos. O Estado, que perdeu soma substancial de tributos sobre produtos exportados, não tardou a ver os benefícios daquela medida, eis que com os valores de venda a entrar imediatamente em circulação, surgiram novos fatos geradores do ICM, ocasionando, por assim dizer, uma recuperação tributária parcial e indireta.

Aparecia essa medida no cenário administrativo, como uma diretriz paralela ao rigorismo fiscal que ficara antes como única solução.

A preocupação em recuperar crédito público se fêz através de medidas concretas, logo surtindo seus desejados efeitos. Graças a isso, passou o Estado a adquirir de seus fornecedores a preços menores e a projeção dessa medida lhe facilitou sobretudo o uso das operações de crédito. E assim, a captação de recursos internos e externos, para fazer face à despesa pública, nesta fase de pronunciadas dificuldades, vem se processando de maneira satisfatória.

Para tanto concorreu, também, o substancial incremento propiciado pelo Governo ao órgão creditício oficial, que teve seu capital aumentado em 10 milhões de cruzeiros novos, acrescentando-se, dessarte, à faixa de garantias que o Estado pode oferecer a qualquer investidor, garantias hoje aceitas internacionalmente, face o conceito de que goza o estabelecimento, cujas reservas e provisões quintuplicaram em cinco anos, crescendo em um ano de 65,82% os depósitos a êle confiados, aplicando na indústria (49,11%), no comércio (22,61%), na agropecuária (17,81%) e em outros setores mais de setecentos milhões de cruzeiros novos, atuante instrumento que se tornou de nosso desenvolvimento regional, com suas 146 agências.

Embate-se, ainda, o Governo, entre seu desejo de investir ao máximo em atividades reprodutivas e a consciência da imperiosidade de gastos de custeio, a necessidade de dar ao servidor público a remuneração justa e digna por seu trabalho. Talvez um justo equilíbrio entre isso já se tenha conseguido, pagando-se o funcionalismo em dia, aos credores também e, concomitantemente se crescendo, embora ainda pouco, a parcela orçamentária destinada a investimentos, buscando, com o crédito restaurado, recursos internos e externos exigidos pelo nosso progresso.

Embora ainda grande, o deficit orçamentário já é suportável, dentro de uma visão global das nossas finanças públicas, com perspectivas de melhoria dessa situação ante a favorável reação das fontes de receita, — sintoma inequívoco da revitalização econômico-social do Rio Grande, que em boa parte se deverá creditar à lúcida política de favores fiscais a produtos exportáveis e sem similar.

Ressalte-se, outrossim, a magnífica aceitação dada às letras periódicamente emitidas pelo Tesouro Estadual — forma expedita e bem atualizada de captar recursos internos como antecipação de receita, — tôdas elas rigorosamente resgatadas a seu devido tempo, fator que gera a necessária confiança a êsses títulos.

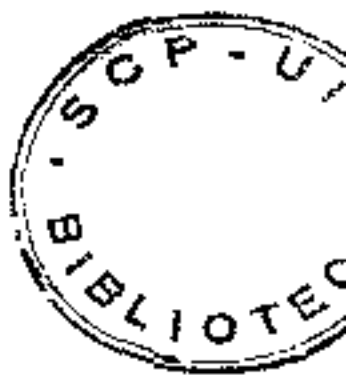
Dentro dêsse complexo financeiro estatal, cabe menção à nossa Caixa Econômica, cuja vertiginosa expansão a transformou — em apenas 9 anos — num dos maiores estabelecimentos de crédito do Estado. Tal crescimento em 1968, evidenciou-se no acréscimo maiúsculo de depositantes, de atendimentos a clientes e nas novas agências distribuidoras de seus benéficos serviços a dezenas de municípios e bairros da Capital. Apresta-se, agora, a crescer mais ainda, amplificando seus programas no financiamento a Prefeituras para a construção de escolas rurais, pavimentação e equipamentos rodoviários.

Desejo, — com satisfação e honra, — sinalar o sentido de excepcional conteúdo cívico-administrativo da instalação do **Govêrno Federal em território gaúcho**, em abril do ano findo. A presença ilustre e grata do Digno Presidente Arthur da Costa e Silva e de seus operosos e ínclitos Ministros, se constituiu no mais expressivo passo dado na unificação e na identificação de esforços em prol do desenvolvimento pátrio, no que tange a tudo aquilo que o Rio Grande do Sul pode e deve dar a todos os brasileiros. Dêsse encontro se evidenciou, do primeiro ao último ato administrativo aqui praticado, a visão sincrônica que se tem dos grandes problemas brasileiros, e o grau de responsabilidade reservado a êsse trabalho conjunto de tôdas as unidades da Federação e Govêrno da República, de construir um nôvo Brasil. Rápido foi o encontro, mas dêle nem um instante desperdiçado. Sopesavam-se potencialidades, confrontavam-se realidades e métodos de ação, consolidavam-se amizades e convicções e, dessa ação coordenada, da qual aqui ficou lúcido documento, desde logo emergiram resultados benéficos a tôda a coletividade.

Nenhum setor que dissesse direta ou indiretamente com o desenvolvimento do solo gaúcho escapou da análise franca, do diálogo, para que, afinal se ajustassem programas, firmassem-se prioridades, indo logo à ação.

Com precisão adequou-se o Rio Grande às metas maiores do Programa Estratégico do Govêrno Federal, sincronizadas as máquinas administrativas, para que trabalhassem ao influxo da mesma convicção de que o futuro do Brasil está nas mãos e na alma criadora de cada brasileiro.

Senhor Presidente



Senhores Deputados

Perpassadas tantas atividades empreendidas no ano de 1968 pelo Poder Público, creio que a maioria de seus dias pode ser creditada a um crescente bem estar de nosso povo. Se dura foi a caminhada no embate de tantos problemas que não podiam ficar sem resposta, e que a tiveram a seu devido tempo, e se a consciência de tantos problemas ainda por solver, estão, já agora, a desafiar a ação do Govêrno e tornam menos agradável esta hora, creia o povo do Rio Grande, estou, mais do que nunca, — e comigo tóda a administração estadual, — com a mesma disposição *de o servir dia após dia, querendo ver trocadas tódas as suas esperanças em realidades.*

Pôrto Alegre, 15 de Março de 1969.

WALTER PERACCHI BARCELLOS
Governador do Estado